

Artigo



O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA E A FUNDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL

Caio Martins Bugiato*

Resumo:

A eclosão da guerra imperialista na Europa (1914) catalisou a crise no império do czar em direção à insurreição generalizada. A Revolução Russa de outubro de 1917 ecoou por todos os rincões do planeta como um movimento de rebelião do trabalho. Entre os anos de 1917 e 1922, os reflexos do movimento comunista internacional repercutiram inclusive no Brasil, onde o proletariado fabril emergiu para o cenário nacional com a formação do Partido Comunista do Brasil (1922). Destarte, por meio de revisão bibliográfica, esse breve ensaio investiga o impacto da Revolução Russa no Brasil no período de 1917 a 1922.

Palavras-chave: Revolução Russa, Internacional Comunista, Partido Comunista do Brasil.

Abstract:

The rise of the imperialist war in Europe (1914) hastened the crisis in the czar's empire towards an utter uprising. The October Russian Revolution in 1917 echoed through all regions of the planet as a movement of rebellion of the labour. Between the years of 1917 and 1922 the aftermaths of the international communist movement had an effect on Brazil, where the factory proletariat arose to the national scenery through the constitution of the Brazilian Communist Party (1922). Thereby, according to a bibliographical review, this short paper investigates the impact of the Russian Revolution in Brazil during the period from 1917 to 1922.

Keywords: Russian Revolution, Communist International, Brazilian Communist Party.

* Mestrando do programa de pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 14/15	141–155	2008
-----------------	---------------	----------	---------	------

As revoluções socialistas do século XX tiveram como epicentro o elo mais fraco da cadeia imperialista dos estados modernos europeus; entre a tradicional sociedade agrária e o advento da indústria moderna desde o início do mesmo século, a Rússia czarista enunciava combinações que gerariam conseqüências inéditas até então.

Em meio à Primeira Guerra Mundial e ao caos político provocado pela autocracia do czar, os soviets¹ se puseram em movimento, formando uma rede de conselhos que se repetiu, em maior ou menor intensidade, em intervalos de tempo mais curtos ou mais longos, em toda Rússia. Sob a tese “todo poder aos soviets”, os bolcheviques liderados por Lenin conduziram os soviets ao poder, ocupando as terras do império e marchando, em 1917, sobre a capital russa, então Petrogrado, sob a forma de uma operação militar subversiva (REED, 1978).

A insurreição foi submetida ao congresso geral dos soviets que a aprovou por ampla maioria. Os decretos revolucionários sobre a guerra, a paz, a terra e a questão nacional formaram largas bases sociais de apoio e defesa da revolução, as quais, em termos imediatos, reconheceram o novo governo, o Conselho dos Comissários do Povo, dirigido por Lenin. O governo revolucionário solapara a autoridade do czar e se enveredava na constituição do socialismo marxista e – para o êxito deste e a defesa da própria revolução – na construção da revolução internacional.²

¹ Soviets eram organizações dos trabalhadores russos de forma horizontal, descentralizada e autônoma que se combinavam com sindicatos, comitês, milícias, assembléias nas grandes cidades, campos, fábricas e unidades militares. Não tinham câmara alta nem baixa como as democracias ocidentais, prescindiam de burocracia profissional e seus eleitores tinham o direito de destituir os representantes a qualquer momento. Como classificou Trotsky, era uma democracia autêntica (GOODE, 2001).

² Outras atitudes foram tomadas pelo governo revolucionário: adotaram o sistema de partido único, o Partido Comunista e criaram o Exército Vermelho, com a finalidade de defender a revolução de inimigos internos e externos. Após a tomada do poder pelos

Tal experiência russa de luta de classes demonstrara aos trabalhadores de outros países a possibilidade de atacar os exploradores e a de passagem à sociedade socialista; viu-se na luta revolucionária um meio comum de derrocar as classes dominantes.

O capitalismo é uma força internacional, e, para vencê-la, para tornar possível a passagem ao socialismo em qualquer país, é necessária a fraternidade dos trabalhadores. A ajuda recíproca do proletariado de todos os países e o cumprimento do seu dever internacionalista (POYRAZIAN, 1982, p. 68).

Implicação imediata da revolução russa, uma nova tentativa de organização internacional dos trabalhadores de modo a expandir a revolução se materializou na Internacional Comunista (IC) ou Komintern (abreviação do nome em russo) ou III Internacional.³ A IC, ligada diretamente ao processo revolucionário dos bolcheviques, foi convocada por iniciativa do Partido Comunista Russo (nome assumido pelos bolcheviques em 1918) junto a outras organizações europeias que consideravam imperiosa a cisão teórica e orgânica

revolucionários, a Rússia viveu ainda três anos de guerra civil. Nesse processo, Trotsky foi fundamental. O Exército Vermelho ficou sob sua responsabilidade quando irrompeu a guerra civil. Em condições extremamente precárias, com o país esgotado, recém-saído da Primeira Guerra Mundial, Trotsky conseguiu formar um exército forte e eficiente. Com o apoio popular, as tropas revolucionárias enfrentaram o Exército Branco, composto por antigos oficiais do czar e prisioneiros do exército austríaco. Além disso, enfrentaram tropas de países europeus que temiam que a revolução se espalhasse pelo continente (REIS FILHO, 2003).

³ A Internacional Socialista (IS) ou II Internacional (1889-1914) hegemônica pelas vertentes revisionista de Eduard Bernstein e centrada de Karl Kautsky adquiriu um caráter reformista frente à possibilidade da revolução que se anunciava com o caos da grande guerra de 1914, cuja eclosão esfacelou a organização da IS. Ver DROZ, 1977; COLE, 1963; DEL ROSAL, 1963.

com velhos partidos socialistas e social-democratas da II Internacional por meio de uma Internacional revolucionária.⁴ Os membros da IC, em uma época de latente decomposição do sistema capitalista e derrubada da cultura européia, visavam criar um organismo de combate ao capitalismo, encarregado de coordenar o movimento comunista internacional (SAGRA, 2005) e de realizar a convergência dos interesses dos movimentos de diferentes países aos interesses gerais da revolução mundial. Em primeira instância, a política da IC era estabelecer partidos revolucionários na maior quantidade de nações possíveis. Em março de 1919, uma época em que a Rússia Soviética estava completamente bloqueada por frentes militares – de modo que só chegaram a Petrogrado um pequeno número de delegados – a IC realizou seu primeiro congresso, onde foi decretado seu nascimento.

Com a formação da Internacional Comunista, Lenin chegava ao ápice de um processo de refundação do marxismo e resgate do internacionalismo proletário. Tal refundação se encontrava nas posições da IC de antagonismo ao capital e de crítica ao imperialismo como reprodução ampliada do capital e origem da guerra. Lenin enfatizava que a revolução socialista internacional teria início no seio do império czarista, no entanto deveria propagar-se para o ocidente, cujo núcleo seria a classe operária alemã, dotada de potencial revolucionário devido a sua história e a suas condições materiais particulares (LENIN, 1960). A revolução socialista não tendeu a restringir-se ao seu espaço original, alastrou-se por vastos territórios do planeta, ainda que não sob a forma de revolução, mas sim por meio da rebeldia operária que, tremulando a bandeira

⁴ Lénin se lançou à grande tarefa histórica de reconstituir a fraternidade universal dos operários. Procurou insistentemente restabelecer a base ideológica e teórica marxista do movimento operário, repudiada pelos social-democratas. Em torno de Lénin foram cristalizando grupos de esquerda cada vez mais partidários das idéias leninistas, os quais formaram junto com os bolcheviques um núcleo internacionalista (SOBOLEV, 1976). Ver também DROZ, 1967 e COLE, 1963.

da transformação social e do anti-imperialismo, levou a crítica marxista de perspectiva leninista aos mais longínquos rincões.

Essa onda revolucionária que varreu a Europa lançou massas de milhões à luta contra governos, provocando profundas transformações em diversas nações. Tal furor tivera como carro-chefe a propagação do programa revolucionário – revolução socialista mediante a luta armada e ditadura do proletariado em forma de soviets –, evidenciando uma política de ataques constantes à social-democracia. Esta, de acordo com o programa comunista, deveria ser degenerada a fim de banir sua inserção na classe trabalhadora. Entretanto, apesar da tática de ataque aos social-democratas ter gerado partidos comunistas fortes, ao final dos anos de 1920 os comunistas se davam conta que houvera um revés: além de não conseguirem atrair mais quadros de trabalhadores, também não mantinham o grau de influência conquistado neles. Os partidos reformistas demonstraram mais vitalidade do que o esperado (HAJEK, 1984).

O reconhecimento da força da social-democracia europeia obrigou os partidos comunistas a adotarem uma tática de frente única, isto é, conquistar as massas trabalhadoras que se encontrassem sob o reformismo dos social-democratas por meio de alianças políticas, enfatizando veementemente sua diferenciação, excluindo qualquer conciliação doutrinal e fusão orgânica. É o que Kriegel chamou de fase defensiva do movimento comunista internacional, de 1921 a 1934.⁵

⁵ A fase defensiva, a qual se caracterizava por uma aproximação com os “socialistas de direita”, foi um processo de mudança para uma tática sem ataques à social-democracia com o objetivo de superar o isolamento. O terceiro congresso da Internacional Comunista em 1921, além de oficializar a frente única, foi envolvido por uma preocupação pertinente ao momento: os joviais partidos comunistas, ainda não completamente consolidados, corriam o risco de fundir-se ao reformismo. Com efeito, o congresso aprovou, para a participação na IC, 21 condições, cujas implicações dariam formação revolucionária sólida aos partidos (KRIEGEL, 1968).

Os acontecimentos de 1917 em diante se refletiram em todos os continentes, em graus variados, determinando o aparecimento de forças novas onde estas não existiam ou eram latentes, fornecendo uma conotação ideológica mais concreta para o velho conflito entre opressores e oprimidos. Daí surge a importância decisiva da existência de um partido revolucionário nacional que possa traduzir, em seus programas e resoluções, as tarefas gerais da luta revolucionária para cada momento (MASPERO, 1978).

No Brasil, o movimento operário já havia surgido junto com um pequeno surto de industrialização na virada do século. Com a proclamação da república, dada à agitação social, emergiram os primeiros partidos operários e socialistas no país, de cunho reformista⁶, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Tais partidos se depararam, no campo ideológico, com a luta que enfrentariam por anos contra os anarquistas e anarcossindicalistas, em sua maioria italianos, espanhóis e portugueses, trazidos pelo grande movimento migratório da última década do século XIX. Evaristo de Moraes Filho ilustra que já no I Congresso Operário na cidade do Rio de Janeiro saíram vitoriosas as teses anarquistas e, dessa forma, iniciava-se bem ou mal o movimento social brasileiro, ainda numa fase pré-capitalista, com um proletariado incipiente, mas já concentrado nos grandes centros urbanos (MORAES FILHO, 2003).

Em verdade, nos primeiros anos do século XX o movimento operário brasileiro padecia de um delírio, um autêntico mosaico ideológico, no qual se entrelaçavam as mais variadas doutrinas de reforma social, desde as mais exaltadas às mais coniventes com a ordem (FAUSTO, 1976). Desse modo, segundo Cláudio Batalha, por partido operário devem ser entendidas “tanto as

⁶ No quadro do socialismo internacional, o modelo de partido era fornecido pelo Partido Social-Democrata Alemão, cujo reformismo conduzia as políticas da Internacional Socialista. Ainda que os socialistas brasileiros não lograssem a organização de inspiração alemã, as políticas da IS eram as mais recorrentes (BATALHA, 1995).

múltiplas organizações socialistas que surgem e desaparecem durante toda a primeira república, quase sempre em função de alguma disputa eleitoral, como o conjunto dos socialistas que se situam no terreno da luta política” (BATALHA, 1995, p.21). E acrescenta que a maioria dos partidos operários surgidos no Brasil entre 1890 e a Primeira Guerra Mundial tinham programas nitidamente reformistas, destinando pouco espaço à sociedade futura. Destarte, o socialismo brasileiro era plenamente coerente com o socialismo dominante da Internacional Socialista, apesar da falta de ligações orgânicas desta última com os grupos nacionais.

Por sua vez, o marxismo raramente havia marcado presença entre os trabalhadores brasileiros. Até o primeiro quartel do século XX as obras de Marx e Engels não haviam sido traduzidas para o português. O alcance dessa leitura por parte dos líderes da classe trabalhadora era intrincado. Aos teóricos alemães somente se referiam os mais letrados que pudessem ler francês (DÓRIA, 1998).

A partir de 1917, o movimento operário brasileiro emerge de sua crise interna de desorganização. A Revolução Russa e o desenvolvimento da insurgência operária internacional (1917-1920), a fase ofensiva segundo Kriegl⁷, exerceram um efeito catalisador na luta de classes brasileira. Apesar das informações tortuosas transmitidas por agências capitalistas européias, formaram-se diversas ligas comunistas, violentas greves e mobilizações sociais eclodiram, sobretudo no Rio de Janeiro. Entre 1917 e 1920.

Praticamente toda a classe operária do Brasil e da América Latina se viu envolvida na ampla mobilização social, estimulada por suas precárias condições de vida, pela difusão da exploração capitalista e pelo impacto

⁷ A análise histórica que melhor refletiria o período que se estende de 1914 a 1943 distingue 3 fases: uma fase revolucionária de 1914 a 1920, uma fase defensiva de 1921 a 1934 e uma nova ofensiva de 1934 a 1943 (KRIEGL, 1968).

da Revolução Russa, que ofereceu uma tensão ideal sem precedentes. A unificação do movimento, muitas vezes, girava em torno da solidariedade com a Rússia soviética atacada por forças imperialistas oriundas de diversas partes. Por causa das dificuldades concretas enfrentadas pelo movimento operário como a falta de centralização, isolamento social, a carência de meios organizativos para efetivar o enfrentamento com as forças da ordem – e das lições sacadas da experiência russa e bolchevique –, aos poucos encaminhou-se uma fração variável de socialistas e anarcossindicalistas para a cisão com a consolidada cultura política no movimento operário (DEL ROIO, 2003, p. 81).

A debilidade e instabilidade orgânica do socialismo no Brasil e a forte presença do anarcossindicalismo retardaram a formação de um partido comunista no país, bem como determinaram um período relativamente longo de transmutação ideológica. Nem mesmo a propagação pela imprensa brasileira dos nomes de Marx, Lenin e Trotsky acelerou tal processo.

A divulgação das 21 condições para ingresso na Internacional Comunista – aprovadas em seu terceiro congresso – selou a cisão teórica e orgânica do comunismo com vertentes do socialismo. Ademais, no Brasil houve uma clara separação entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, ampliando o estímulo destes para a formação de partidos comunistas em todas as partes. Essa separação girava em torno da questão russa e da necessidade de fundar um partido político para guiar a luta de classes. Assim sendo, a Revolução Russa e a IC estavam dotando uma parte da vanguarda operária de um novo instrumento teórico que apontava a necessidade de um partido revolucionário. Tratava-se de uma divisão aberta entre aqueles que continuavam apoiando a revolução bolchevique e a IC, tendendo a encaminhar-se para a fundação do partido comunista, e aqueles que optavam, no ideário anarcossindicalista, por criticar a situação soviética (ANDRADE; BANDEIRA; MELO, 1967).

Em meio a uma fase inicial de aglutinação de pequenos grupos de discussão e propaganda sobre a conjuntura russa, em 1921, no Rio de Janeiro, o ex-militante anarquista Astrojildo Pereira e os grupos comunistas com os quais

mantinha contato tomaram conhecimento dos documentos do III Congresso da IC e passaram a vinculá-lo na imprensa carioca.

[...] O 7 de Novembro de 1917 abriu ao mundo um novo ciclo histórico, marcando o início da era comunista. O heróico proletariado russo triunfante não realizou apenas a “sua” revolução. A revolução vitoriosa na Rússia não quer dizer: vitória de uma revolução “nacional”, mas sim, vitória, no setor russo, da revolução proletária internacional. E só em seu sentido internacional pode ser a Revolução Russa devidamente e amplamente compreendida. Seus aspectos e características nacionais são por natureza secundários. Seu internacionalismo, porém, é básico, fundamental, decisivo. Daí, que seu triunfo completo e definitivo esteja condicionado ao triunfo mundial da revolução proletária.

A frente da guerra social estende-se por todos os países, por todos os continentes, de pólo a pólo, de meridiano a meridiano. Em guerra aberta ou latente, de forma aguda ou ainda atenuada, sangrenta ou não, a luta entre a classe explorada e a classe exploradora, entre o proletariado e a burguesia, entre o comunismo e o capitalismo se generaliza, por todo o mundo, numa imensa batalha de vida e de morte.

[...] Saibamos nós, nesta hora de comemoração jubilosa, concentrar nossa vontade e toda nossa energia, sem desfalecimentos, no sentido de formarmos, no setor brasileiro, legiões batalhadoras capazes de secundar dignamente os heróicos companheiros de todo o mundo, sob o comando supremo da Internacional Comunista (PEREIRA, 1997).

À articulação de Astrojildo Pereira se reuniram grupos comunistas espalhados pelo Brasil e deram por fundado, em 1922, na capital da república, o Partido Comunista do Brasil, inspirado no marxismo de extração leniniana (ANDRADE; BANDEIRA; MELO, 1967).

Diferentemente do que aconteceu na Argentina e no Uruguai, onde o partido comunista surgiu da cisão de antigos partidos social-democratas e do desmembramento de correntes marxistas, o PCB surgiu do sindicalismo revolucionário; instituiu-se pelas irradiações do movimento comunista internacional e “se constituiu assim sobre uma firme base proletária, mas se processou também no calor dessa luta ideológica, o qual era o reflexo, no Brasil

e segundo as condições brasileiras, da luta ideológica travada no plano mundial pela III Internacional” (SODRÉ, 1984, p. 45).

É fato que o PCB emergiu em meio à agitação política internacional gerada pela Revolução Russa.

O PCB – desde sua emergência seguida de falhas dos movimentos anarquistas e socialistas em unir, organizar efetivamente e formular ideologias que satisfizessem aspirações e demandas dos trabalhadores – esteve relacionado também à expansão da vida urbana e da população durante o período de rápida industrialização e ao impacto da Revolução Russa, a qual abriu o precedente para a implantação do comunismo no Brasil (CHILCOTE, 1974, p. 4).

Autores como Paulo Sergio Pinheiro enfatizam impetuosamente a influência direta da Internacional Comunista na formação do PCB; ressaltam a vinculação orgânica e política do partido com a IC ao afirmar que em 1921 um enviado da Agência de Propaganda da América Latina da IC – o Cometa de Manchester – teria o objetivo de contatar a militância operária e socialista para construir um partido comunista no Brasil (PINHEIRO, 1979).

O argumento de Pinheiro tem o reforço de importantes obras que tratam da formação da sociedade brasileira. Esta seria análoga ao momento pré-revolucionário russo no que diz respeito à formação econômica do país na qual conviviam a moderna indústria e a agricultura tradicional, ou melhor, o Brasil passava de um suposto feudalismo para o capitalismo. Ignácio Rangel teorizou a natureza da sociedade brasileira, versando que desde o início da industrialização nacional, nossas categorias – latifúndio, indústria, comércio, capital, trabalho e a economia nacional – eram mistas, tinham dupla natureza.

Trata-se de examinar quais as relações dominantes dentro e fora de cada unidade da economia, isto é, pôr em evidência as duas economias dominantes [feudal e capitalista], porque cada uma delas em seu próprio campo é dominante. A isso proponho que se chame de dualidade básica

da economia brasileira. A dualidade é a lei fundamental da economia brasileira (RANGEL, 1957, p. 31-32).

Caio Prado Jr. expõe que a noção de similitude das sociedades brasileira e russa era vigente na época, sobretudo nas teses do PCB.

[...] não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes (países latino-americanos, inclusive o Brasil) um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução “democrático-burguesa”, segundo o modelo leninista relativo a Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo (PRADO Jr, 1966, p. 46).

Isto é, dadas as características tão similares à sociedade russa, a IC arquitetara política e organicamente a construção de um partido comunista no Brasil.

Na literatura internacional sobre o tema, Sobolev destaca o papel ativo da IC na formação de partidos comunistas nacionais, cujas ligações com Moscou eram intensas e resultavam no desenvolvimento dos movimentos comunistas em distintos países. Realça a maturação dos comunistas no curso da luta contra o reformismo social-democrata, com o objetivo de transformar aqueles na maior força política da época. A Comintern desempenhou o papel dirigente na coesão das forças revolucionárias sob a bandeira do marxismo-leninismo e na formação dos partidos comunistas em todos os continentes (SOBOLEV, 1973).

Na contramão dessa literatura dominante, Mcdermott e Agnew analisam que não se pode subestimar a força da IC em fomentar a constituição e ação de partidos para expandir a revolução. Entretanto, é importante reconhecer que seu grau de influência variava entre as regiões do planeta, dado que seu alcance de maior magnitude ocorreu na Europa Oriental. Ademais, é necessário

compreender que a luta arraigada contra a social-democracia, sobretudo na fase defensiva do movimento comunista internacional, tomava grande parte do leque de políticas implementadas pela IC. Portanto, é primordial perceber que os processos de formação de partidos comunistas não podem ser reduzidos a uma equação “partido comunista = Internacional Comunista = agente de Moscou”. As atividades nacionais são vitais para os estudos da relação entre centro e periferia do comunismo mundial (MCDERMOTT; AGNEW, 1997).

Nessa perspectiva, Michel Zaidan Filho (1988) questiona tais vinculações políticas e orgânicas do PCB com a IC: a aproximação dos comunistas brasileiros com a IC foi um ato unilateral da parte destes. O que se empreendeu na época dependeu de decisões políticas tomadas no Brasil, com absoluta autonomia e sob completa responsabilidade de ativistas do movimento operário brasileiro. A influência exercida pela IC consistia apenas no fato de ela ter sido criada, existir e esperar dos comunistas brasileiros que se organizassem. Por um lado, a direção de IC ainda não se reduzira a um mero apêndice do Partido Comunista da URSS. Por outro, a direção da Internacional, nos anos 20, não dispunha de condições materiais que lhe permitisse controlar à distância as atividades dos PCs. O próprio congresso constituinte do PCB foi apressado devido à decisão da IC de realizar seu IV congresso em 1922, surgindo a necessidade do PCB fazer em Moscou sua representação para pleitear o reconhecimento junto ao Komintern – o que somente se concretizou em 1924 no V congresso da IC.

A inserção do PCB no movimento comunista internacional, assim, teve o caráter de pedido – não de relação orgânica –, pois necessitava de uma instância legitimadora para sua própria organização partidária no país e para seu processo de amadurecimento político-ideológico. Tal fato se evidencia ao se analisar toda a mobilização do PCB para se adequar às 21 condições de ingresso na Internacional Comunista a fim de solicitar sua entrada no Komintern. Ademais, por meio das 21 condições, que apenas aceitariam partidos revolucionários, em 1922 a IC negou ao partido brasileiro a posição de seção brasileira da Internacional Comunista. Além disso, o próprio Komintern tinha na época suas

atenções voltadas para a problemática com a social-democracia na Europa, como frisou Kriegel. A inserção do PCB no movimento comunista internacional de fato em 1924, por conseguinte, conferia-lhe legitimação sem anular-lhe a autonomia. Não se questiona, de forma alguma, a influência da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil; advoga-se, no entanto, que o processo de formação de um partido comunista nacional tem suas raízes majoritariamente em fatores internos do que externos.

Artigo recebido em setembro de 2008; aprovado em novembro de 2008.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, A.T.; BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis. *O Ano Vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BATALHA, Cláudio H. M. “A Difusão do Marxismo e os Socialistas Brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, J. Q. (Org). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1995, vol. 2, p. 11-44.

CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party, conflict and integration: 1922-1972*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1974.

COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

DEL ROIO, Marcos. “O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”. In: MORAES, J. Q; REIS FILHO, D. A. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003, vol. 1, p. 59-122.

DEL ROSAL, Amaro. *Los Congresos Obreros en el Siglo XX*. México D.F.: Grijalbo, 1963.

DÓRIA, Carlos Alberto. “O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da

Revolução”. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998, vol. 3, p. 201-244.

DROZ, Jacques. *História Geral do Socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1977.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difusão, 1976.

GOODE, Patrick. Conselhos. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 77-79.

HAJEK, Milos. *La Historia de la Tercera Intenacional*. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

KRIEGEL, Anne. *Las Internacionales Obreras*. Barcelona: Martinez Rocca, 1968.

LENIN, V. I. *Obras Escojidas*. Moscou: Progreso, 1960.

MASPERO, François. *III Internacional Comunista*. São Paulo: Brasil Debates, 1978.

MCDERMOTT, K.; AGNEW, J. *The Comintern: a History of International Communism from*

Lenin to Stalin. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1997.

MORAES FILHO, Evaristo. “A Proto-história do Marxismo no Brasil”. In: MORAES, J. Q.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003, vol. 1, p. 13-58.

PEREIRA, Astrojildo. “1917-7 de novembro-1922”. *Critica Marxista*. nº 5, p.98-128, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sergio. *A Classe Operária no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

POYRAZIAN, M. T. *Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista*. São Paulo: Palavra, 1982.

PRADO Jr, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Textos Brasileiros de Economia, 1957.

REED, John. *Dez Dias que Abalaram o Mundo*. São Paulo: Global, 1978.

REIS FILHO, D. A. *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo: UNESP, 2003.

SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

SOBOLEV, A. *A Internacional Comunista*. Lisboa: Avante, 1976.

SODRÉ, N. Werneck. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

ZAIDAN FILHO, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1929*. São Paulo: Vértice, 1988.